



Gabarito comentado

Delegado de Polícia · código PCPR-DL-2201-5110

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
C	B	A	D	E	E	B	D	A	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	E	B	E	A	B	C	C	D	C

Comentários por questão. A alternativa correta aparece destacada no enunciado reproduzido.

Direito Penal

Questão 01 · Gabarito C

Questão real · FGV · 2026 · MPE-MT · Promotor de Justiça Substituto · Crimes contra a dignidade sexual

Encerrada a instrução processual, após a observância do contraditório e da ampla defesa, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso requereu, em alegações finais, a condenação de João nas penas de crime contra a dignidade sexual, praticado em detrimento de sua enteada, então com treze anos de idade, com o objetivo de controlar o seu comportamento social. Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que João praticou o crime de

- (A) estupro de vulnerável, na modalidade simples, com uma agravante, a ser valorada na segunda fase da dosimetria da pena, e uma causa de aumento de pena, a ser sopesada na terceira etapa do processo dosimétrico.
- (B) estupro, na modalidade qualificada, com uma agravante, a ser valorada na segunda fase da dosimetria da pena, e uma causa de aumento de pena, a ser sopesada na terceira etapa do processo dosimétrico.
- (C) estupro de vulnerável, na modalidade simples, com duas causas de aumento de pena, a serem valoradas na terceira fase da dosimetria da pena.**
- (D) estupro de vulnerável, na modalidade qualificada, com duas causas de aumento de pena, a serem valoradas na terceira fase da dosimetria da pena.
- (E) estupro, na modalidade qualificada, com duas causas de aumento de pena, a serem valoradas na terceira fase da dosimetria da pena.

Por que C está correta. A enteada tinha 13 anos: a conjunção carnal ou o ato libidinoso com menor de 14 anos configura estupro de vulnerável (art. 217-A do CP), na forma simples, que não exige violência. Incidem duas causas de aumento, ambas valoradas na terceira fase: a do art. 226, II (o agente é padrasto da vítima) e a do art. 226, IV, "b" (crime praticado para controlar o comportamento social ou sexual da vítima, o chamado estupro corretivo).

- A** A condição de padrasto já é causa de aumento específica do art. 226, II; usá-la também como agravante seria bis in idem.
- B** A vítima menor de 14 anos atrai o estupro de vulnerável, não o estupro do art. 213.
- D** Não há qualificadora no caso; o estupro de vulnerável é simples, com duas majorantes.
- E** Erra o tipo (o fato é estupro de vulnerável) e a forma (não há qualificadora).

Pulo do gato: Menor de 14 anos: 217-A. Padrasto (226, II) e estupro corretivo (226, IV, b): majorantes, na terceira fase.

Questão 02 · Gabarito B

Questão real · FGV · 2022 · MPE-GO · Promotor de Justiça Substituto · Crimes contra a administração pública

De acordo com o Art. 327, §2º, do Código Penal, "A pena será aumentada da terça parte quando os autores dos crimes previstos neste Capítulo forem ocupantes de cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público". Na hipótese dos agentes que se enquadram na situação do Art. 327, §1º, do Código Penal ("Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução



de atividade típica da Administração Pública”), a mencionada causa de aumento de pena:

- (A) não deve incidir, pois os próprios elementos do tipo não podem ser utilizados para majoração da pena;
- (B) deve incidir, desde que o agente tenha praticado o fato no exercício do cargo;**
- (C) não deve incidir, pois a majoração da pena fica reservada para quem é ocupante de cargo efetivo;
- (D) deve incidir, desde que o agente permaneça no exercício do cargo quando do julgamento;
- (E) não deve incidir, pois a majoração da pena destina-se a quem já ocupava cargo distinto daquele em comissão.

Por que B está correta. A causa de aumento do art. 327, § 2º, do CP alcança os autores dos crimes do capítulo que ocupem cargo em comissão ou função de direção ou assessoramento nas entidades ali listadas, aí incluídos os equiparados do § 1º. O que se exige é que o agente estivesse no exercício do cargo quando praticou o fato.

- A** A majorante não se confunde com elemento do tipo: o tipo exige a condição de funcionário público, e o aumento recai sobre quem ocupa as funções qualificadas do § 2º.
- C** O § 2º trata justamente dos cargos em comissão e das funções de direção ou assessoramento, não dos cargos efetivos.
- D** A majorante é aferida no momento do fato, não no do julgamento.
- E** O dispositivo não exige que o agente ocupasse cargo distinto; basta exercer a função qualificada ao praticar o crime.

Pulo do gato: Art. 327, § 2º: cargo em comissão ou função de direção/assessoramento no momento do fato = pena + 1/3.

Questão 03 · Gabarito A

Inédita · estilo FGV · nível Padrão FGV · Tipicidade

Durante uma caçada em área rural onde a atividade era autorizada, Renato percebeu movimento atrás de um arbusto e, supondo tratar-se de um javali, disparou sua espingarda. O alvo era Vítor, outro caçador, que morreu em razão do disparo. Apurou-se que Renato não tomou a cautela mínima de identificar o alvo antes de atirar, providência que qualquer caçador diligente teria adotado.

Considerando a situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

(A) Renato responde por homicídio culposo, pois o erro evitável sobre elemento do tipo exclui o dolo, mas permite a punição por culpa.

- (B) Renato responde por homicídio doloso, com dolo eventual, pois assumiu o risco de atingir alguém ao disparar sem ver o alvo.
- (C) Renato é isento de pena, porque agiu em erro de proibição inevitável quanto à licitude da caça.
- (D) Renato não responde por crime, pois o erro sobre elemento constitutivo do tipo exclui o dolo e, por consequência, também a culpa.
- (E) Renato responde por homicídio culposo, com a pena diminuída de um sexto a um terço, por se tratar de erro evitável.

Por que A está correta. Renato errou sobre um elemento do tipo ("alguém"): pensou atirar num animal. O erro de tipo essencial sempre exclui o dolo; se for evitável, como aqui (faltou a cautela mínima de identificar o alvo), permite a punição por crime culposo, se previsto em lei. O homicídio admite a forma culposa (art. 121, § 3º, do CP).

Fundamento: Art. 20, caput, do Código Penal.

- B** Dolo eventual exige que o agente preveja o resultado e o aceite. Renato acreditava atirar num javali; não aceitou matar uma pessoa. Houve descuido, não aceitação do risco.
- C** O erro de Renato recai sobre a realidade do fato (quem era o alvo), não sobre a proibição da conduta. Erro de proibição é o do art. 21 do CP.
- D** Só o erro de tipo inevitável exclui dolo e culpa. O erro evitável deixa subsistir a culpa.
- E** A diminuição de um sexto a um terço é do erro de proibição evitável (art. 21 do CP). No erro de tipo evitável, a consequência é responder pela forma culposa, sem essa redução.

Pulo do gato: Erro de tipo: exclui sempre o dolo; se evitável, sobra a culpa. Erro de proibição: afasta a culpabilidade ou só reduz a pena.

**Questão 04 · Gabarito D**

Inédita · estilo FGV · nível Padrão FGV · Crimes contra o patrimônio

Lúcio entrou em uma loja de conveniência e, aproveitando a distração do atendente, colocou no bolso dois aparelhos de som portáteis. Já na calçada, foi abordado pelo segurança, que o havia visto pelas câmeras. Para não ser preso e manter os objetos consigo, Lúcio desferiu um soco no segurança e fugiu correndo com os aparelhos.

A conduta de Lúcio configura

- (A) furto consumado em concurso material com lesão corporal, pois a violência ocorreu depois da subtração.
- (B) roubo próprio, pois a violência contra a pessoa integrou a subtração desde o início.
- (C) extorsão, pois a violência foi empregada para manter vantagem econômica indevida.

(D) roubo impróprio, pois empregou violência logo após a subtração, para assegurar a detenção da coisa.

- (E) furto tentado seguido de lesão corporal, pois a vigilância por câmeras tornava impossível a consumação.

Por que D está correta. No roubo impróprio, o agente primeiro subtrai e, logo depois, emprega violência ou grave ameaça contra a pessoa para assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para terceiro (art. 157, § 1º, do CP). É exatamente a sequência descrita: subtração, abordagem, soco para fugir com os objetos.

Fundamento: Art. 157, § 1º, do Código Penal.

- A** A violência empregada logo após a subtração, para garantir a posse da coisa, não forma concurso de furto com lesão: ela transforma o fato em roubo impróprio.
- B** No roubo próprio, a violência ou grave ameaça é o meio para subtrair, e vem antes ou durante a subtração. Aqui ela veio depois.
- C** Na extorsão, a vítima é constrangida a fazer, tolerar ou deixar de fazer algo; a colaboração da vítima é indispensável. Lúcio não exigiu comportamento algum do segurança.
- E** O sistema de vigilância, por si só, não torna impossível a configuração do crime (Súmula 567 do STJ). Além disso, o emprego de violência para manter a coisa atrai o roubo impróprio.

Pulo do gato: Violência antes ou durante a subtração: roubo próprio. Violência logo depois, para ficar com a coisa ou fugir: roubo impróprio.

Direito Processual Penal**Questão 05 · Gabarito E**

Inédita · estilo FGV · nível Padrão FGV · Procedimento Penal

Concluído o inquérito policial que apurou crime cuja pena máxima cominada é de três anos de detenção, sem nenhuma circunstância que atraia regra especial de processamento, o Ministério Público ofereceu denúncia perante a vara criminal.

Nos termos do Código de Processo Penal, o processo seguirá o procedimento comum

- (A) ordinário, porque a pena privativa de liberdade máxima cominada é superior a dois anos.
- (B) sumaríssimo, porque o crime é apenado com detenção.
- (C) sumaríssimo, porque a pena máxima cominada não ultrapassa quatro anos.
- (D) ordinário, porque o rito sumário é reservado às contravenções penais.

(E) sumário, porque a pena privativa de liberdade máxima cominada é inferior a quatro anos.

Por que E está correta. O critério de escolha do procedimento comum é a pena máxima cominada: ordinário, quando igual ou superior a quatro anos; sumário, quando inferior a quatro anos; sumaríssimo, para as infrações de menor potencial ofensivo (pena máxima não superior a dois anos). Com pena máxima de três anos, o rito é o sumário.

Fundamento: Art. 394, § 1º, I a III, do Código de Processo Penal.

- A** O ordinário exige pena máxima igual ou superior a quatro anos; superar dois anos apenas tira o crime do sumaríssimo.



- B A espécie da pena (reclusão ou detenção) não define o rito; o critério é a quantidade máxima de pena.
- C O sumaríssimo é reservado às infrações de menor potencial ofensivo, com pena máxima de até dois anos.
- D O rito sumário não se limita às contravenções; abrange os crimes com pena máxima inferior a quatro anos.

Pulo do gato: Quatro anos ou mais: ordinário. Menos de quatro: sumário. Até dois (menor potencial): sumaríssimo.

Questão 06 · Gabarito E

Questão real · FGV · 2022 · TRT - 13ª Região (PB) · Técnico Judiciário – Policial Judiciário · Ação Penal

Cristiano é servidor público do Tribunal Regional do Trabalho há mais de 10 anos e, no exercício de suas funções, foi vítima de crime contra a honra praticado por Rodrigo, um jurisdicionado. Nessa hipótese, é correto afirmar que

- (A) a ação penal somente poderá ser ajuizada por Cristiano, mediante queixa-crime.
- (B) a ação penal privada somente poderá ser ajuizada pelo Ministério Público, uma vez que Cristiano é funcionário Público e estava no exercício de suas funções.
- (C) a ação penal é pública e incondicionada.
- (D) Cristiano não poderá apresentar queixa-crime.

(E) Cristiano, mediante queixa-crime, e o Ministério Público, mediante representação do ofendido, possuem legitimidade concorrente.

Por que E está correta. Nos crimes contra a honra de funcionário público em razão do exercício de suas funções, a Súmula 714 do STF reconhece legitimidade concorrente: o ofendido pode oferecer queixa-crime, e o Ministério Público pode oferecer denúncia, condicionada à representação do ofendido.

- A A legitimidade não é exclusiva do servidor; o Ministério Público também pode agir, mediante representação.
- B O Ministério Público não ajuíza ação penal privada; ele oferece denúncia em ação pública condicionada à representação.
- C A ação não é pública incondicionada; depende de representação do ofendido quando promovida pelo Ministério Público.
- D O servidor pode, sim, optar pela queixa-crime (Súmula 714 do STF).

Pulo do gato: Honra de servidor ofendido no exercício das funções: queixa do ofendido OU denúncia do MP com representação (Súmula 714).

Questão 07 · Gabarito B

Inédita · estilo FGV · nível Padrão FGV · Recursos Criminais

O juiz de uma vara criminal rejeitou a denúncia oferecida pelo Ministério Público contra Paulo, por entender ausente a justa causa para o exercício da ação penal. O crime imputado não é de menor potencial ofensivo.

Contra essa decisão, o Ministério Público poderá interpor

- (A) apelação, no prazo de cinco dias.
- (B) recurso em sentido estrito, no prazo de cinco dias.**
- (C) recurso em sentido estrito, no prazo de quinze dias.
- (D) apelação, no prazo de dez dias, regra aplicável à rejeição da denúncia em qualquer procedimento.
- (E) correição parcial, por se tratar de decisão que tumultua o andamento do processo.

Por que B está correta. Cabe recurso em sentido estrito da decisão que não receber a denúncia ou a queixa (art. 581, I, do CPP), interposto no prazo de cinco dias (art. 586).

Fundamento: Art. 581, I, e art. 586 do Código de Processo Penal.

- A A apelação não é o recurso previsto para a rejeição da denúncia no procedimento comum; o CPP prevê o recurso em sentido estrito.
- C Quinze dias não é o prazo do recurso em sentido estrito, que é de cinco dias.
- D A apelação em dez dias contra a rejeição da denúncia é regra dos Juizados Especiais Criminais (art. 82 da Lei nº 9.099/1995), que não se aplica a crime fora do menor potencial ofensivo.



E A correição parcial serve para atacar erro ou abuso que tumultue o processo quando não há recurso específico. Contra a rejeição da denúncia há recurso próprio.

Pulo do gato: Rejeitou a denúncia? RESE em 5 dias. Recebeu a denúncia? Não há recurso; resta o habeas corpus.

Questão 08 · Gabarito D

Inédita · estilo FGV · nível Padrão FGV · Inquérito Policial

Ao concluir o inquérito policial instaurado para apurar suposto furto, o delegado de polícia convenceu-se de que o fato não constitui infração penal, porque o bem supostamente subtraído pertencia ao próprio investigado.

Nessa situação, o delegado de polícia

- (A) pode determinar o arquivamento do inquérito, por se tratar de fato atípico, comunicando a decisão ao Ministério Público.
- (B) deve arquivar o inquérito e cientificar a vítima, que poderá recorrer à chefia de polícia no prazo de trinta dias.
- (C) deve suspender o inquérito até que o Ministério Público se manifeste sobre a tipicidade do fato.
- (D) deve elaborar relatório minucioso do que foi apurado e remeter os autos, pois não pode mandar arquivar o inquérito.**
- (E) pode arquivar o inquérito somente depois de ouvir o investigado, em respeito ao contraditório.

Por que D está correta. A autoridade policial não pode mandar arquivar autos de inquérito (art. 17 do CPP), ainda que se convença da atipicidade. Cabe-lhe fazer minucioso relatório do que tiver sido apurado e remeter os autos (art. 10, § 1º). A decisão de arquivar é do Ministério Público, titular da ação penal.

Fundamento: Arts. 10, § 1º, e 17 do Código de Processo Penal.

- A** O delegado não tem atribuição para arquivar o inquérito, seja qual for o fundamento.
- B** A ciência à vítima e o pedido de revisão em trinta dias existem no arquivamento promovido pelo Ministério Público (art. 28, § 1º, do CPP), e a revisão é da instância competente do próprio Ministério Público, não da chefia de polícia.
- C** Não há suspensão do inquérito para consulta ao Ministério Público; concluída a investigação, o delegado relata e remete os autos.
- E** A vedação de arquivar não depende de oitiva do investigado: o delegado simplesmente não pode arquivar.

Pulo do gato: Delegado não arquivar inquérito. Relata e remete; quem promove o arquivamento é o Ministério Público.

Legislação Penal e Processual Penal Extravagante

Questão 09 · Gabarito A

Inédita · estilo FGV · nível Padrão FGV · Lei de Execução Penal – Lei nº 7.210 de 1984

Sobre a remição de pena pelo trabalho e pelo estudo, nos termos da Lei de Execução Penal, assinale a afirmativa correta.

- (A) Pelo estudo, desconta-se um dia de pena a cada doze horas de frequência escolar, em no mínimo três dias.**
- (B) A remição pelo trabalho só é admitida ao condenado que cumpre pena privativa de liberdade em regime fechado.
- (C) A contagem pelo trabalho é de um dia de pena a cada dois dias trabalhados.
- (D) Em caso de falta grave, o juiz deve revogar a totalidade dos dias remidos.
- (E) O tempo remido não é computado como pena cumprida, servindo apenas para a concessão de benefícios.

Por que A está correta. Pelo art. 126, § 1º, I, da LEP, a contagem pelo estudo é de um dia de pena a cada doze horas de frequência escolar, divididas, no mínimo, em três dias. Pelo trabalho, um dia de pena a cada três dias trabalhados (inciso II).

Fundamento: Arts. 126, § 1º, 127 e 128 da Lei nº 7.210/1984.



- B A remição pelo trabalho alcança os regimes fechado e semiaberto (art. 126, caput); a pelo estudo alcança também o aberto e o livramento condicional.
- C A proporção do trabalho é de um dia de pena para cada três dias trabalhados, não dois.
- D Na falta grave, o juiz pode revogar até um terço do tempo remido (art. 127), não a totalidade.
- E O tempo remido é computado como pena cumprida para todos os efeitos (art. 128).

Pulo do gato: Trabalho: 3 por 1. Estudo: 12 horas em pelo menos 3 dias por 1. Falta grave: perde até 1/3.

Questão 10 · Gabarito A

Inédita · estilo FGV · nível Padrão FGV · Lei de Tóxicos – Lei nº 11.343 de 2006

Larissa, primária e de bons antecedentes, foi presa em flagrante transportando pequena quantidade de cocaína destinada à venda. A investigação não reuniu elemento algum indicando que ela se dedicasse a atividades criminosas ou integrasse organização criminosa.

Condenada pelo crime do art. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006, Larissa

(A) pode ter a pena reduzida de um sexto a dois terços, por preencher os requisitos do tráfico privilegiado.

- (B) não tem direito à redução, porque a causa de diminuição só se aplica a quem porta droga sem finalidade de venda.
- (C) tem direito à redução, mas o crime continua equiparado a hediondo para fins de progressão de regime.
- (D) tem direito à redução apenas se confessar espontaneamente a autoria, requisito expresso da lei.
- (E) pode ter a pena reduzida de um terço a dois terços, por preencher os requisitos do tráfico privilegiado.

Por que A está correta. O § 4º do art. 33 permite reduzir a pena de um sexto a dois terços quando o agente é primário, de bons antecedentes, não se dedica a atividades criminosas nem integra organização criminosa. Larissa preenche os quatro requisitos.

Fundamento: Art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/2006; art. 112, § 5º, da Lei nº 7.210/1984.

- B Quem porta droga para consumo pessoal está no art. 28. O tráfico privilegiado é justamente uma forma de tráfico, com finalidade de venda.
- C O tráfico privilegiado não é considerado hediondo nem equiparado (art. 112, § 5º, da LEP).
- D A confissão não é requisito da causa de diminuição; os requisitos são primariedade, bons antecedentes e ausência de dedicação a atividades criminosas ou de integração a organização criminosa.
- E A fração mínima da redução é de um sexto, não de um terço.

Pulo do gato: Tráfico privilegiado: primário + bons antecedentes + sem atividade criminosa + sem organização = redução de 1/6 a 2/3, e não é hediondo.

Questão 11 · Gabarito D

Inédita · estilo FGV · nível Padrão FGV · Lei de Organização Criminosa – Lei nº 12.850 de 2013

Durante investigação de organização criminosa conduzida pela Polícia Civil, um dos investigados manifestou interesse em colaborar com a apuração. O delegado de polícia responsável negociou com ele, nos autos do inquérito, um acordo de colaboração premiada.

Nos termos da Lei nº 12.850/2013, é correto afirmar que

- (A) somente o Ministério Público pode celebrar o acordo, cabendo ao delegado apenas representar pela sua realização.
- (B) o acordo dispensa homologação judicial quando celebrado ainda na fase de inquérito.
- (C) o juiz deve participar das negociações, para assegurar a voluntariedade do colaborador.
- (D) o delegado pode celebrar o acordo, com manifestação do Ministério Público, e o juiz não participa das negociações.**
- (E) as declarações do colaborador bastam, por si sós, para fundamentar a sentença condenatória.

Por que D está correta. O § 6º do art. 4º prevê que o acordo seja formalizado entre o delegado de polícia, o investigado e o defensor, com a manifestação do Ministério Público, ou entre o Ministério Público e o investigado



ou acusado e seu defensor. O juiz não participa das negociações. O STF confirmou a legitimidade do delegado na ADI 5.508.

Fundamento: Art. 4º, §§ 6º, 7º e 16, da Lei nº 12.850/2013; STF, ADI 5.508.

- A A lei e o STF reconhecem ao delegado legitimidade para celebrar o acordo na fase de inquérito, com manifestação do Ministério Público.
- B O acordo é sempre submetido à homologação judicial (art. 4º, § 7º), inclusive o celebrado no inquérito.
- C O juiz não participa das negociações (art. 4º, § 6º); ele verifica a regularidade, a legalidade e a voluntariedade na homologação.
- E Nenhuma sentença condenatória será proferida com fundamento apenas nas declarações do colaborador (art. 4º, § 16).

Pulo do gato: Colaboração premiada: delegado pode celebrar (com manifestação do MP); juiz não negocia, só homologa; palavra do colaborador sozinha não condena.

Questão 12 · Gabarito E

Inédita · estilo FGV · nível Padrão FGV · Lei da Lavagem de Dinheiro - Lei nº 9.613 de 1998

Em investigação sobre lavagem de dinheiro, ficou demonstrado que os valores ocultados provinham de tráfico de drogas. O autor do tráfico, porém, ainda não foi identificado, e não há processo instaurado pelo crime antecedente.

Sobre essa situação, nos termos da Lei nº 9.613/1998, assinale a afirmativa correta.

- (A) A denúncia por lavagem só pode ser oferecida depois da condenação definitiva pelo crime antecedente.
- (B) A lavagem só é punível se o autor do crime antecedente for identificado e culpável.
- (C) A competência é da Justiça Federal, porque o crime antecedente é o tráfico de drogas.
- (D) Sem processo pelo crime antecedente, o fato configura apenas receptação.

(E) O processo pela lavagem independe do processo do crime antecedente, bastando indícios de sua existência.

Por que E está correta. O processo e o julgamento da lavagem independem do processo e do julgamento das infrações penais antecedentes (art. 2º, II). A denúncia deve vir instruída com indícios suficientes da existência da infração antecedente, e a lavagem é punível ainda que desconhecido ou isento de pena o autor daquela infração (art. 2º, § 1º).

Fundamento: Art. 2º, II e § 1º, da Lei nº 9.613/1998 (redação da Lei nº 12.683/2012; conferido no Planalto em 03/10/2026).

- A A lei consagra a autonomia do processo de lavagem; não se exige condenação, nem sequer processo, pelo crime antecedente.
- B O § 1º do art. 2º afirma o contrário: a lavagem é punível ainda que desconhecido ou isento de pena o autor da infração antecedente.
- C A competência federal exige crime contra o sistema financeiro, a ordem econômico-financeira ou interesses da União, ou infração antecedente de competência federal (art. 2º, III). O tráfico interno, por si só, não desloca a competência.
- D A receptação tem objeto e conduta próprios. A ocultação ou dissimulação da origem de valores provenientes de infração penal é o tipo do art. 1º da Lei de Lavagem.

Pulo do gato: Lavagem é autônoma: basta indício do crime antecedente, mesmo com autor desconhecido.

**Direito Constitucional****Questão 13 · Gabarito B**

Questão real · FGV · 2025 · TCE-PE · Procurador do Tribunal de Contas · Direitos da Nacionalidade

Joana nasceu em território chinês quando seus pais, Marie, dinamarquesa naturalizada brasileira, e Johan, de nacionalidade alemã, trabalhavam em uma multinacional italiana ali instalada. Quando Joana completou 10 (dez) anos de idade, sua mãe perdeu a nacionalidade brasileira, o que se deu com estrita observância da sistemática constitucional. Ao completar 20 (vinte) anos de idade, Joana foi acusada de ter praticado um crime na China, o que a levou a fugir para o território brasileiro, onde fixou residência permanente. Dois anos após a sua chegada, o Estado chinês requereu a sua extradição. Na situação descrita, é correto afirmar que Joana:

(A) é brasileira nata e não pode ser extraditada.

(B) é estrangeira e pode ser extraditada, salvo se optar pela nacionalidade brasileira.

(C) era brasileira nata, mas deixou de ostentar essa condição, pois, ao atingir a maioridade, nenhum de seus genitores tinha a nacionalidade brasileira.

(D) pode requerer sua naturalização como brasileira, o que obstará sua extradição, salvo se o crime praticado for o tráfico ilícito de substâncias entorpecentes.

(E) pode requerer sua naturalização como brasileira, o que não obstará sua extradição, qualquer que seja o crime praticado em momento anterior ao seu requerimento.

Por que B está correta. Joana nasceu no estrangeiro, filha de mãe brasileira (naturalizada) que não estava a serviço do Brasil. Sem registro em repartição brasileira competente, ela só seria brasileira nata se viesse a residir no Brasil e optasse, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira (art. 12, I, "c", da CF). Enquanto não fizer a opção, é estrangeira e pode ser extraditada; feita a opção, torna-se brasileira nata, e o brasileiro nato não é extraditado (art. 5º, LI). A perda posterior da nacionalidade pela mãe não altera a situação, que se aferia no nascimento.

A Sem registro consular e sem opção, Joana ainda não é brasileira nata.

C O que importa é a nacionalidade da mãe no momento do nascimento de Joana; a perda posterior não retira dela a possibilidade de optar.

D A via de Joana é a opção, que a torna brasileira nata; não há razão para naturalização.

E Feita a opção, Joana passa a ser brasileira nata e não pode ser extraditada; não se trata de naturalização.

Pulo do gato: Nascido no exterior, filho de brasileiro, sem registro: vem morar no Brasil e opta após a maioridade = brasileiro nato (art. 12, I, c).

Questão 14 · Gabarito E

Questão real · FGV · 2021 · Câmara de Aracaju - SE · Procurador Judicial · Processo Legislativo

O prefeito do Município Alfa encaminhou à Câmara Municipal projeto de lei dispendo sobre os requisitos para a concessão de licença para tratamento de saúde aos servidores públicos. Com o objetivo de atender aos anseios dessa categoria, a Câmara Municipal aproveitou a boa relação entre os partidos políticos e aprovou uma emenda aditiva que incluía um novo artigo no projeto, concedendo, aos servidores públicos municipais, um aumento de remuneração. O projeto aprovado foi devidamente sancionado pelo prefeito municipal. Desse processo legislativo resultou a promulgação da Lei Municipal nº XX/2020. À luz dessa narrativa, a parte da lei decorrente da emenda aditiva aprovada pela Câmara Municipal é:

(A) constitucional, pois a Casa Legislativa tem competência para legislar sobre a matéria;

(B) constitucional, pois, além de a Casa Legislativa poder legislar sobre a matéria, a sanção supriu o vício de iniciativa;

(C) inconstitucional, pois a Câmara Municipal não pode aprovar emendas em projetos de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo;

(D) inconstitucional, pois os vencimentos dos servidores públicos não são aumentados por meio de lei, mas, sim, mediante decreto do prefeito municipal;

(E) inconstitucional, pois a emenda não guarda pertinência temática com o projeto original, de iniciativa privativa do prefeito, o que não é suprido pela sanção.



Por que E está correta. Em projeto de lei de iniciativa privativa do chefe do Executivo, a emenda parlamentar só é admitida se guardar pertinência temática e não aumentar a despesa prevista (art. 63, I, da CF, aplicado aos municípios por simetria). A emenda que concede aumento de remuneração num projeto sobre licença para tratamento de saúde falha nos dois requisitos, e a sanção do prefeito não supre o vício de iniciativa, segundo o STF.

- A A matéria é de iniciativa privativa do prefeito; a Câmara pode emendar, mas dentro de limites que aqui foram violados.
- B A sanção não convalida o vício de iniciativa; a antiga Súmula 5 do STF está superada.
- C A Câmara pode emendar projetos de iniciativa privativa do Executivo, desde que haja pertinência temática e não haja aumento de despesa.
- D A remuneração dos servidores é fixada ou alterada por lei específica (art. 37, X, da CF), não por decreto.

Pulo do gato: Emenda em projeto do Executivo: precisa de pertinência temática e não pode aumentar despesa. Sanção não salva vício de iniciativa.

Direito Administrativo e Gestão Pública

Questão 15 · Gabarito A

Inédita · estilo FGV · nível Padrão FGV · Licitações e Lei nº 14.133 de 2021

Um município pretende adquirir material de escritório cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital por meio de especificações usuais de mercado.

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a modalidade de licitação a ser adotada é

- (A) o pregão, com critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto.**
- (B) o pregão, com critério de julgamento de melhor técnica ou de técnica e preço.
- (C) a concorrência, por ser a modalidade obrigatória para a aquisição de bens.
- (D) o diálogo competitivo, por se tratar de objeto com especificações usuais de mercado.
- (E) a tomada de preços, em razão do valor estimado da contratação.

Por que A está correta. Material de escritório é bem comum: seus padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos por especificações usuais de mercado. Para bens e serviços comuns, o pregão é a modalidade obrigatória, com critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto (art. 6º, XLI).

Fundamento: Art. 6º, XLI, e art. 28 da Lei nº 14.133/2021.

- B Melhor técnica e técnica e preço não são critérios do pregão, que admite só menor preço ou maior desconto.
- C A concorrência serve a bens e serviços especiais e a obras e serviços de engenharia; para bens comuns, o pregão é obrigatório.
- D O diálogo competitivo destina-se a objetos que envolvem inovação ou soluções que a Administração não consegue definir sozinha, o oposto de especificações usuais de mercado.
- E A Lei nº 14.133/2021 não prevê a tomada de preços (as modalidades estão no art. 28), e o valor deixou de ser critério de escolha da modalidade.

Pulo do gato: Bem ou serviço comum = pregão obrigatório, por menor preço ou maior desconto. Tomada de preços e convite não existem na Lei 14.133.

Questão 16 · Gabarito B

Questão real · FGV · 2024 · Prefeitura de Caraguatatuba - SP · Fiscal Municipal · Contratos Administrativos - Lei nº 14.133 de 2021

Para estabelecer seu objeto, o contrato administrativo se vale tanto de cláusulas obrigatórias quanto exorbitantes. Com o exposto na Lei nº 14.133/2021, assinale a opção que indica um exemplo de cláusula exorbitante em um contrato administrativo.

- (A) Apresentação das garantias para assegurar a plena execução do contrato, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento.
- (B) Modificação unilateral por parte da Administração para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado.**
- (C) Apresentação da legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos



- (D) Apresentação do preço e das condições de pagamento, dos critérios, da data-base e da periodicidade do reajustamento de preços e dos critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
- (E) Obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.

Por que B está correta. As cláusulas exorbitantes são prerrogativas da Administração que fogem ao direito comum. A modificação unilateral do contrato, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado, está no art. 104, I, da Lei nº 14.133/2021.

- A** A exigência de garantias é cláusula necessária do contrato (art. 92), não prerrogativa exorbitante.
- C** A indicação da legislação aplicável é cláusula necessária (art. 92), comum a qualquer contrato administrativo.
- D** Preço, condições de pagamento e reajuste são cláusulas necessárias (art. 92), não exorbitantes.
- E** A manutenção das condições de habilitação é obrigação do contratado prevista entre as cláusulas necessárias (art. 92), não prerrogativa da Administração.

Pulo do gato: Exorbitante = poder da Administração (alterar e extinguir unilateralmente, fiscalizar, aplicar sanções, ocupar provisoriamente). O resto é cláusula necessária.

Legislação Estadual e Institucional

Questão 17 · Gabarito C

Inédita · estilo FGV · nível Padrão FGV · Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado do Paraná

Nos termos da Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado do Paraná (Lei Estadual nº 23.213/2026), assinale a afirmativa correta sobre a direção e a hierarquia da instituição.

- (A) A Polícia Civil é dirigida por Delegado de Polícia de qualquer classe, nomeado pelo Secretário de Estado da Segurança Pública.
- (B) Entre ocupantes do mesmo cargo, a antiguidade na carreira prevalece sobre a hierarquia da função.
- (C) A Polícia Civil é dirigida por Delegado de Polícia, em atividade e da classe mais elevada, nomeado pelo Governador do Estado.**
- (D) A precedência hierárquica da carreira de Delegado de Polícia sobre as demais só é observada nas unidades por ele chefiadas.
- (E) A Polícia Civil exerce as funções de polícia judiciária e a apuração das infrações penais, inclusive as militares.

Por que C está correta. O art. 2º da Lei nº 23.213/2026 dispõe que a PCPR é dirigida por Delegado de Polícia, em atividade e da classe mais elevada, nomeado pelo Governador do Estado.

Fundamento: Lei Estadual do Paraná nº 23.213/2026, art. 2º e art. 9º, caput e § 2º (texto conferido em legislacao.com.br/legismais/parana/lei23213 em 03/10/2026; conferir no portal oficial legislacao.pr.gov.br).

- A** A lei exige Delegado em atividade e da classe mais elevada, e a nomeação é do Governador do Estado.
- B** Entre ocupantes do mesmo cargo, prevalece a hierarquia da função (art. 9º, caput).
- D** A precedência hierárquica da carreira de Delegado sobre as demais é observada sempre (art. 9º, § 2º), não só nas unidades que ele chefia.
- E** As infrações penais militares estão excluídas das atribuições da Polícia Civil (art. 2º).

Pulo do gato: PCPR: dirigida por Delegado em atividade, da classe mais elevada, nomeado pelo Governador; no mesmo cargo, vale a hierarquia da função.

Questão 18 · Gabarito C

Inédita · estilo FGV · nível Padrão FGV · Estruturação das carreiras da Polícia Civil do Estado do Paraná

Nos termos da Lei Complementar Estadual nº 259/2023, que estrutura as carreiras da Polícia Civil do Paraná, assinale a afirmativa correta.

- (A) Para o cargo de Agente de Polícia Judiciária exige-se curso superior completo em Direito.



- (B) Para o cargo de Delegado de Polícia exigem-se o bacharelado em Direito e dois anos de atividade jurídica, comprovados na inscrição.
- (C) Para o cargo de Delegado de Polícia exigem-se o bacharelado em Direito e três anos de atividade jurídica ou policial, comprovados até a posse.**
- (D) Os cargos de Agente de Polícia Judiciária e de Papiloscopista Policial são de nível médio e de natureza administrativa.
- (E) O Agente de Polícia Judiciária ingressa na 4ª Classe, Nível I, da carreira.

Por que C está correta. O Delegado de Polícia precisa de bacharelado em Direito e de três anos de atividade jurídica ou policial, comprovados até a posse (art. 5º, § 1º, da LC nº 259/2023, em consonância com o art. 20, § 3º, da Lei nº 14.735/2023).

Fundamento: LC Estadual do Paraná nº 259/2023, arts. 5º, § 1º, e 6º, e anexos II e III, conforme reproduzidos no Edital nº 01/2026 – PCPR, itens 3.3, 3.9 e 3.10.

- A** Para Agente de Polícia Judiciária e Papiloscopista Policial basta curso superior completo em qualquer área de graduação (art. 6º).
- B** São três anos de atividade jurídica ou policial, comprovados até a posse, e não dois anos comprovados na inscrição.
- D** Os cargos de Agente de Polícia Judiciária e Papiloscopista Policial são técnico-científicos, de nível superior e exclusivos de Estado.
- E** A 4ª Classe, Nível I, é a classe inicial do Delegado de Polícia (anexo II). O Agente ingressa na Classe Única, Nível I (anexo III).

Pulo do gato: Delegado: Direito + 3 anos (jurídica ou policial) até a posse, ingresso na 4ª Classe. Agente e Papiloscopista: qualquer graduação, Classe Única.

Direitos Humanos

Questão 19 · Gabarito D

Inédita · estilo FGV · nível Padrão FGV · Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos: Instituições

Helena foi vítima de grave violação de direitos humanos praticada por agentes do Estado brasileiro. Esgotados os recursos internos sem reparação, ela pretende levar o caso ao sistema interamericano de proteção.

Nos termos da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, é correto afirmar que Helena

- (A) pode submeter o caso diretamente à Corte Interamericana, desde que representada por advogado.
- (B) pode peticionar à Comissão Interamericana somente por meio do Ministério Público Federal.
- (C) deve apresentar a denúncia ao Conselho de Direitos Humanos da ONU, que a encaminhará à Corte Interamericana.

(D) pode apresentar petição à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, mas não pode submeter o caso diretamente à Corte Interamericana.

- (E) pode peticionar à Comissão Interamericana a qualquer tempo, sem prazo contado da decisão interna definitiva.

Por que D está correta. Qualquer pessoa pode apresentar à Comissão Interamericana petições com denúncias de violação da Convenção por um Estado-parte (art. 44). Só os Estados-partes e a Comissão têm direito de submeter caso à decisão da Corte (art. 61).

Fundamento: Arts. 44, 46 e 61 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

- A** O indivíduo não tem acesso direto à Corte Interamericana; o caso chega a ela pela Comissão ou por um Estado-parte (art. 61).
- B** A petição pode ser apresentada pela própria vítima, por qualquer pessoa, grupo de pessoas ou entidade não governamental reconhecida (art. 44), sem intermediação do Ministério Público.
- C** O Conselho de Direitos Humanos pertence ao sistema global (ONU) e não encaminha casos à Corte Interamericana.
- E** A petição deve ser apresentada no prazo de seis meses contado da notificação da decisão definitiva interna (art. 46, 1, b).



Pulo do gato: Pessoa → Comissão. Comissão ou Estado → Corte. O indivíduo não bate direto na porta da Corte.

Ciências Forenses

Questão 20 · Gabarito C

Inédita · estilo FGV · nível Padrão FGV · Toxicologia

Na perícia necroscópica de vítima encontrada em ambiente fechado, com aquecedor a gás em funcionamento, a suspeita de intoxicação por monóxido de carbono é reforçada pelo achado de

- (A) lívres de coloração vermelho-carmim, pela formação de meta-hemoglobina.
- (B) lívres de coloração azul-escura, pela formação de oxi-hemoglobina.
- (C) lívres e mucosas de coloração vermelho-carmim, pela formação de carboxi-hemoglobina.**
- (D) ausência de rigidez cadavérica, porque o monóxido de carbono impede a sua instalação.
- (E) cogumelo de espuma nas narinas e na boca, característico dessa intoxicação.

Por que C está correta. O monóxido de carbono liga-se à hemoglobina e forma a carboxi-hemoglobina, de cor vermelho-viva. Daí a coloração carmim dos lívres, da pele e das mucosas, achado clássico da intoxicação por CO.

Fundamento: Medicina Legal: toxicologia e asfixia química pelo monóxido de carbono (formação de carboxi-hemoglobina).

- A** Acerta a cor, mas erra o composto: a meta-hemoglobina dá coloração acastanhada e se associa a outros tóxicos, como nitritos.
- B** A cor carmim decorre da carboxi-hemoglobina, não da oxi-hemoglobina; lívres azul-escuros não são o achado típico do CO.
- D** O monóxido de carbono não impede a instalação da rigidez cadavérica.
- E** O cogumelo de espuma é sinal clássico de afogamento, não de intoxicação por CO.

Pulo do gato: CO = carboxi-hemoglobina = carmim. Cogumelo de espuma = afogamento.

RESONANCE
SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS